

11 - 1 | 2023

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE DADOS DE 2017

*Access to higher education in Mozambique: a critical analysis of
2017 data*

Queirós Figueiredo Mburine | Regina Serrão Lanzillotti

Versão eletrónica

URL: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/> ISSN: 2182-9608

Data de publicação: 31-12-2023 Páginas: 9

Editor

Revista UI_IPSantarém

Referência eletrónica

Mburine, Q. F., & Lanzillotti, R. S. (2023). Acesso ao ensino superior em Moçambique: Uma análise crítica. *Revista da UI_IPSantarém*. 11(1), e31030. <https://doi.org/10.25746/ruiips.v11.i1.31030>

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE DADOS DE 2017

Access to higher education in Mozambique: a critical analysis of 2017 data

Queirós Figueiredo Mburine

Instituto Superior Politécnico de Gaza, Moçambique

queirosmburine@gmail.com

Regina Serrão Lanzillotti

Brasil

reginalanzillotti@ime.uerj.br

RESUMO

O texto da presente pesquisa tenciona trazer uma abordagem crítico-analítica sobre o acesso ao ensino superior em Moçambique articulada na associação entre a naturalidade dos estudantes e a localização da instituição onde frequentam os cursos superiores; o mesmo, se enquadra nas preocupações das Ciências Sociais e Humanidades na medida em que se propõe discutir o acesso ao ensino superior enquanto instrumento que amplia as possibilidades do desenvolvimento econômico das nações e contribui para a formação de profissionais qualificados, capazes de enfrentar os desafios impostos pela globalização e pressão social em vários domínios. Sendo uma pesquisa desenvolvida em Moçambique, um país com enormes assimetrias socioculturais e económicas, reconhece a dialética material histórica dos dados empíricos, desta feita recorreu-se a pesquisa quali-quantitativa que nos permitiu fazer a triangulação dos dados estatísticos sem nos descuidarmos da dimensão intersubjetiva. Assim, recorreu-se a dados das instituições de ensino superior – IES públicas e particulares, o que permitiu determinar o coeficiente de contingência estimado, para dados de estudantes matriculados em IES públicas e particulares no ano de 2017. Os resultados apontam que existe associação entre as variáveis em estudo, ao nível de confiabilidade de 95%.

Palavras-chave: Ensino superior, Acesso ao ensino superior, Qui-quadrado, Coeficiente de contingência estimado.

ABSTRACT

The text of this research intends to bring a critical-analytical approach to access to higher education in Mozambique articulated in the association between the student's birthplace and the location of the institution where they attend the higher education courses; the same, fits in the concerns of Social Sciences and Humanities as it proposes to discuss access to higher education as an

instrument that expands the possibilities of economic development of nations and contributes to the training of qualified professionals capable of facing the challenges imposed by globalization and social pressure in various domains. Being a research developed in Mozambique, a country with enormous sociocultural and economic asymmetries, it recognizes the historical material dialectics of empirical data, we used qualitative and quantitative research that allowed us to triangulate statistical data without neglecting the intersubjective dimension. Thus, data from public and private higher education institutions—HEI were used, which allowed the determination of the estimated contingency coefficient, for data from students enrolled in public and private HEI in the year 2017. The results indicate that there exists an association between the variables under study, at a 95% reliability level.

Keywords: Higher education, Access do higher education, Chi-square, Estimated contingency coefficient.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento acelerado das nações, associado ao emergir das novas preocupações torna cada vez mais evidente a necessidade de o ensino superior se desafiar a contribuir cada vez mais de forma acertada no desenvolvimento económico de todas nações, pois dele se esperam pessoas qualificadas com competências para enfrentar os desafios impostos pela globalização em vários domínios.

Olhando para a realidade moçambicana, o sistema do ensino superior marca o seu início nos finais do período colonial e, desde lá vem sofrendo mudanças no sentido de responder a vários desafios, como por exemplo a expansão de acesso ao mesmo (Bene et al., 2022). No entanto, embora tenha-se iniciado no período colonial, a sua expansão, acesso e qualidade continuam sendo um problema que levanta várias inquietações, sendo sobre este objetivo, o de analisar se existe associação entre a naturalidade dos estudantes e a localização da instituição onde frequentam o ensino superior em Moçambique, confrontando dados das IES públicas e particulares, fornecidos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior¹ através do Arquivo Nacional de Dados² do Instituto Nacional de Estatística³.

Ainda recorreremos aos estudos sobre ensino superior em Moçambique publicados em várias revistas, que abordam sobre o ensino superior, políticas de acesso e expansão, todavia são quase inexistentes estudos que analisam a associação das variáveis que servem de objeto da nossa pesquisa. A seguir são apresentados os principais artigos que serviram de base para o presente estudo.

Em um estudo intitulado “*As tensões entre à expansão e as desigualdades sociais no acesso ao ensino superior em Moçambique*”, de Bene et al. (2022), analisaram a política e a distribuição do acesso, expansão e a qualidade do ensino superior em Moçambique, tendo em conta o previsto no Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020. Partindo da revisão bibliográfica e documental, tomaram como base documentos oficiais e dados estatísticos do governo, das IES públicas.

O estudo feito por Yotamo e Mindoso (2021), intitulado “*Expansão, acessibilidade e a política de financiamento do Ensino Superior em Moçambique*”, analisa o processo de expansão do ensino superior em Moçambique e a política do Estado para o seu financiamento, também tem como material empírico os documentos oficiais do governo e de algumas IES. Estes ao indagar sobre o contexto da análise da expansão do ensino superior pelas províncias, analisam as variáveis de acesso e participação da população de cada província, tomando como referência a população com idade para frequentar o ensino superior (20 a 29 anos) e o número de estudantes matriculados em IES no ano de 2016, gerando assim a taxa de participação por província.

¹<https://www.mctes.gov.mz>

²<http://mozdata.microdatahub.com>

³<http://www.ine.gov.mz>

Importa referenciar que o estudo não procurou indicar a proporção da população com idade para frequentar o ensino superior, os que concorreram e os que conseguiram admitir para frequentar um curso nas IES.

Outro estudo, feito por Mechisso (2020), sob tema “*Influências das políticas globais na expansão do ensino superior em Moçambique*”, numa abordagem qualitativa e método exploratório, analisa a expansão do ensino superior em Moçambique destacando as influências globais nas políticas nacionais. Em jeito de conclusão ao abordar o acesso e a expansão revela que as influências globais nas políticas nacionais agravam as desigualdades sociais.

No contexto do Brasil, o estudo feito por Negreiros et al. (2021), intitulado “*Evasão no ensino superior em cursos presenciais: uma proposta preventiva por meio de um tratamento estatístico*”, procura perceber possíveis causas da evasão de estudantes em IES analisando a associação da evasão e dos indicadores socioeconómicos, recorrendo ao teste de hipótese com uso da estatística qui-quadrado.

Ainda, Neves e Martins (2016) em seu estudo “*Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente*” apresentam uma visão geral da estrutura e do funcionamento do ensino superior brasileiro, podendo destacar as seguintes temáticas: antecedentes históricos, caracterização do ensino brasileiro, expansão do sistema e políticas de acesso, inclusão e permanência no ensino superior dirigido numa abordagem bibliográfica aplicando abordagem qualitativa. Em jeito de conclusão, no tocante ao acesso ao ensino superior brasileiro, o estudo revela que embora se verifique um crescimento, boa parte dos brasileiros não consegue ter acesso ao ensino superior.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: seção introdutória abordada, a seção 2 (breve história do ensino superior em Moçambique), a seção 3 (técnicas e métodos), a seção 4 (resultados e discussão) e por fim a seção 5 (considerações finais).

2 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE

Falar do ensino superior em Moçambique, enquanto colônia de Portugal nos remete a história do século XIII período que surge a primeira instituição em Lisboa que mais tarde, no século XVI, é transferida para Coimbra (Taimo, 2019). Como se pode notar, Portugal pertence ao conjunto de países que tardiamente desenvolveu o ensino superior.

Olhando para o continente africano as pesquisas históricas referem que o ensino superior surge no norte do continente em Marrocos - a Universidade Karneein na cidade de Fez e no Egipto - Universidade Al-Azhar localizada na cidade de Cairo, nos séculos IX e X, respetivamente (Rodney, 1975).

Para o caso de Moçambique a chegada do ensino do ensino se mostrou mais tardia - seu registro se observa no período colonial, concretamente no ano de 1962 com a criação da primeira Instituição de Ensino Superior, denominada Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM) que, posteriormente, em 1968 passou a ser denominada Universidade Lourenço Marques (ULM). Um ano após a proclamação da Independência Nacional, em 1976, a Universidade Lourenço Marques é transformada em Universidade Eduardo Mondlane (UEM) (Bene et al., 2022).

A chegada tardia foi acompanhada por uma política separatista colonial, pois não significou um avanço no que concerne ao acesso para os negros, como se refere Mechisso (2020), a política de acesso ao ensino superior no período colonial caracterizou-se por ser excludente, pois se destinava maioritariamente à elite colonial e seus filhos, apenas 2% do total dos estudantes eram negros moçambicanos.

Este resultado de excessiva exclusão aparece fundamentado nas motivações de seu surgimento no decreto-Lei (44.530 de 21 de Agosto de 1962) ao se referir que os Estudos Gerais aparecem como parte do sistema de ensino superior português, do qual se deve estabelecer uma ligação permanente em termos de conteúdo e ideologia. Assim, esta instituição era desafiada a promover ações que reforçassem a “unidade nacional” (ligação das colônias com a metrópole), consolidação da estabilidade social - através de reprodução de uma ideologia dominante que mantinha a Europa como superior e universal.

O cenário de exclusão de acesso ao ensino superior teve a sua mudança no período pós-colonial pois, com a criação da UEM, “todo moçambicano podia ter acesso ao ensino superior”, porém, a UEM não tinha capacidade suficiente para atender a demanda, por isso, em 1985 foi criado o Instituto Superior Pedagógico (ISP) que mais tarde se transformou na Universidade Pedagógica (UP), voltado à formação de professores do ensino secundário e que atualmente oferece para além dos cursos de formação de professores outros de interesse nacional e dada a sua expansão subdivide-se em cinco universidades autónomas nomeadamente: Universidade Pedagógica de Maputo (UPM), Universidade Save (UniSave), Universidade Púnguè (UniPúnguè), Universidade Licungo (UniLicungo) e Universidade Rovuma (UniRovuma). Em 1986 é criado o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), atualmente Universidade Joaquim Chissano (UJC), cujo objetivo é a formação de técnicos superiores em relações internacionais e diplomacia (Yotamo & Mindoso, 2021).

É importante ressaltar que na primeira década da independência, devido ao regime socialista que vigorou em Moçambique, que colocou todo o sistema de ensino na responsabilidade do Estado, o acesso ao ensino superior foi influenciado por agendas políticas e pouco se baseava na meritocracia no processo de admissão, privilegiando muitas vezes, grupos que se identificavam com a agenda política da época (Yotamo & Mindoso, 2021).

Segundo Bene et al., (2022), Yotamo e Mindoso (2021), a década de 1990 foi fundamental na expansão e acesso ao ensino superior pois, com a adoção da economia de mercado, e os avanços na aprovação da Lei n. 1/93, de 24 de Junho⁴, foram criadas condições para o licenciamento de IES particulares. Com essas medidas, mais IES públicas e particulares foram criadas nas décadas de 1990 e 2000 aumentando dessa forma a possibilidade de mais moçambicanos terem acesso ao ensino superior.

O cenário que temos vindo a descrever de “grande salto quantitativo” é corroborado pelo fato de em 1976 quando a ULM se transforma em UEM apenas existiam 2400 estudantes matriculados e em 2017 estavam matriculados em várias IES públicas e particulares 200.649 estudantes⁵ (Bene et al., 2022). Quanto ao número de IES, passaram de 3 (antes da entrada do setor privado) para 49 entre públicas e particulares em 2017, segundo os dados apresentados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior através do Arquivo Nacional de Dados do Instituto Nacional de Estatística. Até ao período em análise, as IES estavam divididas em universidades, institutos superiores, institutos superiores politécnicos, escolas superiores e academias, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1

Tipos de IES em Moçambique

| Tipo de IES | | Número de IES |
|---------------------|------------------------------------|---------------|
| Públicas | Universidades | 4 |
| | Institutos Superiores | 6 |
| | Institutos Superiores Politécnicos | 4 |
| | Escolas Superiores | 2 |
| | Academias | 2 |
| | Subtotal | 18 |
| Particulares | Universidades | 9 |
| | Institutos Superiores | 20 |
| | Escolas Superiores | 2 |
| | Subtotal | 31 |

⁴Primeira lei do ensino superior em Moçambique

⁵Dados estatísticos do ensino superior em Moçambique, 2017. Disponíveis em: <http://mozdata.microdatahub.com/index.php/catalog/59>

3 MÉTODOS

3.1 Associação entre variáveis qualitativas

Bussab e Morettin (2010) indicam que para conhecer o grau de dependência entre duas variáveis qualitativas, pode-se construir uma distribuição conjunta das duas variáveis que serve para descrever a associação entre elas.

Quando existe associação entre variáveis é pertinente que a mesma seja quantificada, recorrendo aos coeficientes de associação ou correlação. Essas medidas normalmente variam entre 0 e 1 ou -1 e +1, quando o valor estiver próximo de zero indica a falta de associação (Bussab & Morettin, 2010). Para este estudo, embora reconheçamos a existência de muitos coeficientes que quantificam associação entre variáveis qualitativas, nos propomos a apresentar o coeficiente de contingência estimado.

Partimos de uma maneira de observar a associação entre duas variáveis categóricas, que é criar uma tabela de contingência e obter a estatística Qui-quadrado de Pearson (χ^2), uma medida de afastamento global. Partindo da equação (1), o_i : é a frequência observada na tabela de contingência referente ao cruzamento das duas variáveis categóricas, e_i : é a frequência estimada na tabela de contingência referente ao cruzamento das duas variáveis categóricas.

$$\chi^2 = \sum_i \left(\frac{o_i - e_i}{e_i} \right)^2 \quad (1)$$

Para obter o χ^2 soma-se todas medidas da equação anterior. Um valor grande de χ^2 indica associação entre as variáveis.

Segundo Bussab e Morettin (2010), se tivermos duas variáveis qualitativas X e Y, classificadas em r categorias $A_1, A_2, A_3, \dots, A_r$ para X e s categorias $B_1, B_2, B_3, \dots, B_s$ para Y, podemos denotar por:

$$\begin{aligned} n_{ij} &= \text{número de elementos pertencentes à } i\text{-ésima categoria de X e } j\text{-ésima categoria de Y;} \\ n_{i.} &= \sum_{j=1}^s n_{ij} = \text{número de elementos da } i\text{-ésima categoria de X;} \\ n_{.j} &= \sum_{i=1}^r n_{ij} = \text{número de elementos da } j\text{-ésima categoria de Y;} \\ n_{..} &= n = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^s n_{ij} = \text{número total de elementos.} \end{aligned}$$

Se X e Y não forem associadas, ou seja, independentes tem-se que

$$\frac{n_{i1}}{n_{.1}} = \frac{n_{i2}}{n_{.2}} = \dots = \frac{n_{is}}{n_{.s}}, i = 1, 2, 3, \dots, r \quad (2)$$

Ou ainda

$$\frac{n_{ij}}{n_{.j}} = \frac{n_{i.} \cdot n_{.j}}{n}, i = 1, \dots, r, j = 1, \dots, s$$

Deduzindo, resulta na seguinte equação:

$$n_{ij} = \frac{n_{i.} \cdot n_{.j}}{n}, i = 1, \dots, r, j = 1, \dots, s \quad (3)$$

Os valores dados pelos segundos membros da equação (3) são as frequências esperadas, se denotadas por n_{ij}^* temos então que, o qui-quadrado de Pearson pode ser descrito a seguir, onde n_{ij} são as frequências observadas.

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^s \frac{(n_{ij} - n_{ij}^*)^2}{n_{ij}^*} \quad (4)$$

É importante notar que, se X e Y não forem associadas, o valor calculado de χ^2 deve estar próximo de zero. Caso X e Y sejam associadas, o valor de χ^2 deve ser grande (Bussab & Morettin, 2010).

Caso o número de linhas e colunas nas tabelas de contingência seja diferente, ou seja, $r \neq s$, pode se calcular uma outra medida de associação definida por Pearson, chamada coeficiente de contingência, que é dado pela equação (5), onde χ^2 é o Qui-quadrado e n o número total das observações na tabela de contingência:

$$C = \sqrt{\frac{\chi^2}{\chi^2 + n}} \quad (5)$$

Uma particularidade desta medida de associação é que como n nunca pode ser zero, o valor de C não atinge 1, mas sim atinge um valor muito próximo a 1. Consequentemente, C assume valores no intervalo $0 \leq C < 1$. O limite superior de C , denotado por C_{max} , pode ser determinado pela equação (6), onde k representa o mínimo entre r e s da tabela de contingência (Sheskin, 2011).

$$C_{max} = \sqrt{\frac{k-1}{k}} \quad (6)$$

Outra particularidade desta medida de associação é que para comparar dois coeficientes de contingência resultantes de duas ou mais tabelas diferentes, as mesmas devem possuir o mesmo número de linhas e colunas (Sheskin, 2011).

Para ultrapassar essas duas limitações, determinou-se o *coeficiente de contingência estimado*, que pode atingir valor máximo 1 e pode ser comparado mesmo se as duas tabelas de contingência possuírem número de linhas e/ou colunas diferentes. Essa medida é dada pela equação (7).

$$C_{est} = \frac{C}{C_{max}} \quad (7)$$

Neste estudo não foi possível fazer uma análise com as 49 IES que existiam no país em 2017, pois algumas não apresentaram dados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior naquele ano.

Além disso, não incluímos dados das IES que no período em análise possuíam campus e/ou faculdades em mais de uma província pois, os dados disponibilizados são globais e não estão discriminados em províncias. Portanto, os dados inicialmente deviam incidir sobre as IES que estavam localizadas em apenas uma província, ou seja, todas que não possuíam campus e/ou faculdades em mais de uma província, tendo totalizado 24 IES.

Em seguida foram construídas tabelas de contingência de frequências esperadas a partir das tabelas referentes às frequências observadas. Nesse processo de ajustamento, constatou-se que 6 IES particulares resultaram em frequências esperadas inferiores a 5 em algumas províncias, pois poucos alunos foram matriculados nessas IES no período em análise. Devido a restrição que a técnica utilizada impõe, foi necessário fazer um novo ajustamento sem incluir essas IES, por isso o número de IES no nosso estudo passou para um total de 18. Dessas 18 IES: dez (10) são públicas e oito (8) particulares; sendo públicas as seguintes: Academia de Ciências Policiais (Acipol), Academia de Artes e Cultura (ISArc), Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), Escola Superior de Ciências Náuticas (ESCN), Escola Superior de Jornalismo (ESJ), Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM), Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG), Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM), Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT) e Academia Militar (AM), localizadas nas províncias de Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza, Manica, Tete e Nampula. As particulares: Instituto Superior de Estudos de Desenvolvimento Local (ISEDEL), Universidade Wutivi (UniTiva), Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), Instituto Superior de Transportes e Comunicação (ISUTC), Instituto Superior Maria Mãe África (ISMMA), Instituto Superior Mutassa (ISM), Universidade Técnica de Moçambique (UDM) e Instituto Superior Dom Bosco (ISDB), localizadas nas províncias de Maputo Cidade e Maputo Província.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o ajustamento das tabelas de contingência, foi calculada a estatística Qui-quadrado (χ^2) a partir da equação (4), para percebermos o afastamento global entre as frequências observadas das frequências esperadas. Obteve-se $\chi^2 = 27596$ e $\chi^2 = 5344$ para IES públicas e particulares,

respetivamente o que permitiu determinar o coeficiente de contingência, que resultou em $C = 0.80$ e $C = 0.56$ para IES públicas e particulares, respetivamente, segundo a confiabilidade de 95%.

Em seguida foram determinados os limites superiores para os dois coeficientes de contingência obtidos, tendo resultado em $C_{max} = 0.95$ e $C_{max} = 0.94$, para as IES públicas e particulares, respetivamente.

Como C não atinge 1 e pelo fato de as tabelas serem de ordens diferentes, determinou-se em seguida o coeficiente de contingência estimado, pois com estes é possível fazer-se a comparação. Obteve-se $C_{est} = 0.84$ e $C_{est} = 0.60$ para as IES públicas e particulares, respetivamente.

Analisando os resultados obtidos, concluímos que as variáveis em estudo são dependentes, isto é, existe associação entre elas. Essa associação é forte para as IES públicas e moderada para as particulares.

Essa associação revela-nos que os estudantes tendem a frequentar seus cursos superiores nas províncias de naturalidade. Nos dois casos a associação não é perfeita, ou seja, C_{est} não atinge o valor 1. Isto significa que, embora haja essa tendência, ainda existe boa parte de estudantes que se desloca para outras províncias a fim de frequentar o ensino superior. No que concerne aos fatores apontam-se vários para a ocorrência deste fenómeno, sendo que a concentração das IES em certas províncias em relação a outras se destaca mais. Corroborando a realidade observada, revela-nos que do universo de 18 IES, cerca de 77 % destas estão localizadas nas províncias de Maputo Cidade e Maputo Província, implicando que boa parte dos estudantes se sintam obrigada a se deslocar das suas províncias de origem para as províncias de maior concentração das IES.

Apesar da expansão das IES que se verificou nas décadas de 1990 e 2000 urge a necessidade de adoção de políticas de continuidade de expansão, criando mais campus e/ou faculdades das IES já existentes em várias províncias e/ou criando novas IES.

Isto implica que o processo de expansão é desafiado a criar políticas e condições de empregabilidade dos recém-formados. No estudo feito por Noa (2011), constatou-se que mesmo com a implementação do Programa de Bolsas de Estudos Provinciais, no ano de 2002, que visava reduzir as assimetrias do acesso ao ensino superior através do financiamento dirigido a população com poucos ou sem recursos para frequentar um curso superior em qualquer canto do país, apenas com obrigatoriedade de retornar às províncias de origem após a formação, essa medida não teve eficácia que se esperava, pois maior parte dos estudantes não retornou às regiões de origem. Este cenário é originado pela incapacidade das economias locais de empregar todos ou a maior parte dos recém-formados.

Os resultados obtidos indicaram que o coeficiente de contingência estimado para as IES públicas é maior que o coeficiente das particulares, isto é, $0.84 > 0.60$. Isso revela-nos que houve maiores desvios entre frequências observadas das esperadas nas IES particulares. Essa diferença pode ser resultado da maior adesão de estudantes a IES públicas em relação às particulares, como podemos ver pelos dados, dos 200649 estudantes matriculados em 2017, cerca de 60% estavam absorvidos nas IES públicas.

Num país em que mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza, o ensino público é desafiado a forjar sujeitos capazes de transformarem as suas realidades. Por isso que em nosso entender, a percentagem de matriculados nas IES públicas precisa ser maior. Assim, ao Estado lhe é cobrado políticas de acesso à educação a todos desde o nível pré-escolar até ao universitário. Portanto, para além da expansão do ensino superior em termos de número de IES é preciso que as IES públicas ofereçam maior número de vagas em seus editais, o que irá permitir que maior parte dos candidatos consiga ter acesso ao ensino superior público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema do ensino superior moçambicano ao longo das últimas quatro décadas tem seguido um percurso marcado por vários desafios como expansão, acesso e melhoria de qualidade para garantir o desenvolvimento económico do país, bem como para fazer face aos indicadores aceitáveis no

continente africano e no mundo sem, no entanto, nos descuramos da crescente procura que vem se registrando no país.

Para compreendermos o nosso objeto de estudo, apoiamo-nos no estudo da literatura existente sobre o assunto e nos dados fornecidos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através do Arquivo Nacional de Dados do Instituto Nacional de Estatística. É inegável que ao longo das quatro últimas décadas vários esforços foram feitos para a expansão e acesso ao ensino superior o que permitiu um aumento significativo de IES e da população estudantil em Moçambique.

Analisamos neste estudo, a associação entre a naturalidade dos estudantes e a localização da instituição onde eles frequentam o ensino superior, fazendo a seguinte interrogação: até que ponto moçambicanos com ensino secundário completo conseguem frequentar o ensino superior nas suas províncias de origem? Os resultados revelam-nos que existe associação entre a naturalidade dos estudantes e a localização da instituição onde eles frequentam o ensino superior, uma vez que nas IES públicas a associação é de 0.80 e nas particulares é de 0.60. Nas IES públicas observou-se que alunos naturais da mesma província em que estudam correspondem a 57,93%, 62,50%, 80,11%, 57,23% e 48,40% para Gaza, Manica, Maputo cidade, Maputo Província, Nampula e Tete, respetivamente. De forma análoga para as IES particulares esses índices corresponderam a 29,88% e 37,37% para Maputo Cidade e Maputo Província, respetivamente. Do exposto, as províncias de Maputo Cidade e Maputo Província são as que agregam maiores contingentes de alunos tanto para públicas quanto para particulares.

6 REFERÊNCIAS

- Bene, L. E., Rumbane, S. J., Garcia, F. M., Mourão, A. R. B. (2022). As tensões entre a expansão e as desigualdades sociais no acesso ao ensino superior em Moçambique. *Revista de Gestão e Avaliação da Educação*, 11 (20), 1-16. <https://dx.doi.org/10.5902/2318133868642>
- Decreto-Lei no 44.530 de 21 de Agosto de 1962, Criação em Angola e Moçambique dos estudos gerais universitários.
- Bussab, W. de O., Morettin, P. A. (2010). *Estatística Básica* (6 ed.). Saraiva.
- Mechisso, G. B. (2020). Influências das políticas globais na expansão do ensino superior em Moçambique. *Revista Interterritórios*, 6 (10), 352-367.
- Negreiros, J. P., Lanzillotti, R. S., De Faria, C. O. (2021). Evasão no Ensino Superior em cursos presenciais: uma proposta preventiva por meio de um tratamento estatístico. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 16 (2), 637-648. <https://doi.org/10.21723/riade.v16i2.13188>
- Neves, C. E. B., Martins, C. B. (2016). Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In T. Dwyer, E. L. Zen, W. Weller, J. Shuguang, & G. Kaiyuan. *Jovens universitários em formação: uma pesquisa sino-brasileira* (pp. 95-124). Ipea & Ssap.
- Noa, F. (2011). Ensino superior em Moçambique – Políticas, formação de quadros e construção da cidadania. *Iscte*, 222-238.
- Rodney, V. (1975). *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Seara Nova.
- Sheskin, D. J. (2011). *Handbook of Parametric and Nonparametric Statistical Procedures* (5 ed.). Taylor & Francis Group.
- Taimo, U. T. (2019). *História e Política do Ensino Superior em Moçambique*. Instituto de Governação, Paz & Liderança.
- Yotamo, C. J., Mindoso, A. V. (2020). Expansão, acessibilidade e a política de financiamento do Ensino Superior em Moçambique. *Revista Nupem*, 13 (28), 28-44, 2020. <https://doi.org/10.33871/nupem.2021.13.28.28-44>